

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.831.232 - PR (2019/0236163-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
RECORRIDO : LUIZ PEREIRA DA SILVA
ADVOGADOS : PAULO VITOR POLZIN DE ANDRADE - PR051449
THIAGO DE BRITO DORNE - PR051447

DECISÃO

Trata-se de recurso especial contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná provendo, em parte, recurso em sentido estrito, para, afastada a qualificadora do motivo fútil, pronunciar LUIZ PEREIRA DA SILVA, por infração ao art. 121, §2º, IV, e 211 do Código Penal. É esta a ementa do r. julgado (e-STJ, fl. 408):

PRONÚNCIA. HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, § 2.º, INCISOS II E IV, CP) E OCULTAÇÃO DE CADÁVER (ART. 211, CP). RECURSO DA DEFESA PLEITO DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA SOB A INVOCAÇÃO DE TER O RÉU AGIDO EM LEGÍTIMA DEFESA. DESACOLHIMENTO. REQUISITOS DA EXCLUDENTE NÃO DEMONSTRADOS DE MANEIRA INDUBITÁVEL. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI PARA DIRIMIR A QUESTÃO. PRETENDIDO AFASTAMENTO DAS QUALIFICADORAS PREVISTAS NO § 2.º, INCISOS II E IV, DO ART. 121 DO CP. ACOLHIMENTO EM PARTE. QUALIFICADORA RELATIVA AO EMPREGO DE RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA QUE, NO CASO, NÃO SE MOSTRA MANIFESTAMENTE DESCABIDA. CONTUDO, NECESSÁRIO O AFASTAMENTO DA QUALIFICADORA DO MOTIVO FÚTIL DA PRONÚNCIA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Embargos de declaração rejeitados (e-STJ, fl. 442):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGADA OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. ACLARATÓRIOS REJEITADOS.

Inexistente qualquer omissão, desnecessária a integração do julgado, por meio de embargos declaratórios.

Nas razões do especial, fulcrado na alínea "a" do permissivo constitucional, alega o Ministério Público violação dos arts. 74, §1º, e 413, *caput*,

Superior Tribunal de Justiça

e §1º, do Código de Processo Penal.

Aduz, em síntese, que "as qualificadoras só podem ser excluídas da sentença de pronúncia em casos excepcionais, isto é, quando, de forma incontroversa, mostrarem-se absolutamente improcedentes, desprovidas de qualquer apoio no acerto probatório; o que não se verifica no caso dos autos." (e-STJ, fl. 473)

Argumenta que, na hipótese, "o próprio acórdão reconheceu a existência da situação que ensejou a qualificação do crime por motivo fútil (a vítima ter sido assassinada por estar tentando furtar galinhas da propriedade do réu); todavia, optou por valorar tal situação como não sendo caracterizadora de motivo fútil, em evidente extrapolação dos limites cognitivos da pronúncia, pois eventual rejeição das qualificadoras deveria estar a cargo do Tribunal do Júri, e não do Tribunal de apelação" (e-STJ, fl. 474)

Pugna, ao final, pelo provimento do recurso especial, de modo a restabelecer na decisão de pronúncia a qualificadora prevista no art. 121, §2º, II, do Código Penal.

Contra-arrazoado (e-STJ, fls. 502/517) e admitido (e-STJ, fls. 521/523), manifestou-se o Ministério Público Federal, nesta instância, pelo provimento do recurso, em parecer assim ementado (e-STJ, fl. 538):

PENAL. PROCESSO PENAL. RECURSO ESPECIAL COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 105, III, "A" DA CF. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 74, §1º E 413, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PROCEDÊNCIA. TESE RECURSAL EM CONFORMIDADE COM A ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DESSA SUPERIOR CORTE DE JUSTIÇA. PARECER PELO PROVIMENTO DO RECURSO.

É o relatório. Decido.

O recurso é tempestivo e a matéria foi devidamente prequestionada.

Superior Tribunal de Justiça

Nesta Corte, firmou-se o entendimento de que a exclusão de qualificadora constante na pronúncia somente pode ocorrer quando manifestamente improcedente, sob pena de usurpação da competência do Tribunal do Júri, juiz natural para julgar os crimes dolosos contra a vida.

No caso, a conduta delituosa foi assim narrada na proemial acusatória (e-STJ, fls. 76/77):

1º Fato

*Em dia não precisado nos autos, mas sendo certo que entre os dias 05 e 07 de fevereiro de 2015, por volta das 23h00min, na propriedade rural, localizada na Rua Canela, Quadra 1 e Lote 2, na Zona Rural deste Município e Comarca de Cidade Gaúcha/PR, o denunciado **LUIZ PEREIRA DA SILVA**, de forma consciente e voluntária, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, agindo com animus necandi, munido de uma espingarda artesanal do tipo 'picapau' (Auto de Exibição e Apreensão de fls.52/53), **matou** a vítima **José de Lima Almeida**, vulgo 'Zé Capeta', desferindo um disparo que a atingiu nas costas, provocando uma ferida perfuro-contusa com 12 mm de diâmetro, na região intraescapular, com 05 cm da coluna-vertebral torácica, causa efetiva de sua morte (Laudo de Exame Cadavérico nas fls. 16/17 e Certidão de Óbito de fls. 18).*

*O denunciado **LUIZ PEREIRA DA SILVA** surpreendeu a vítima José de Lima Almeida, vulgo 'Zé Capeta', na oportunidade em que ingressava no galinheiro de sua propriedade rural, ocasião em que buscou sua espingarda e efetuou um único disparo, que o atingiu fatalmente na coluna vertebral torácica.*

*O denunciado praticou o crime **mediante recurso que dificultou a defesa da vítima**, eis que agiu de surpresa, atingindo-a pelas costas, no momento em que entrava no galinheiro.*

*O crime ocorreu também **por motivo fútil**, porquanto a vítima teve ceifada sua vida em razão de supostamente ter tentado furtar galinhas na propriedade do denunciado.*

Ora, a conduta descrita é suficiente para determinar que o Conselho de Sentença se manifeste a respeito da incidência ou não da

Superior Tribunal de Justiça

qualificadora de que trata o art. 121, § 2º, II, do Código Penal, impedindo, ao menos nesta fase, seu afastamento.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO DA DEFESA PROVIDO. DECOTE DE QUALIFICADORA DE MOTIVO FÚTIL. RECURSO MINISTERIAL. PLEITO DE RESTABELECIMENTO DA QUALIFICADORA DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. CABIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

A discussão anterior entre autor e vítima pode ser causa legítima a afastar a qualificadora do motivo fútil. Contudo, isso irá depender do motivo da discussão, de suas circunstâncias, palavras utilizadas, possíveis ofensas irrogadas, de modo que somente as peculiaridades poderão evidenciar a configuração da futilidade. Desse modo, a discussão, por si só, como apontada no voto condutor, não é suficiente para, nesta fase preliminar do feito, decotar a qualificadora.

Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 1335759/GO, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 02/10/2018, DJe 08/10/2018)

RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO TENTADO. PRONÚNCIA. QUALIFICADORAS. MOTIVO TORPE. RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DAS VÍTIMAS. AFASTAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE SENTENÇA.

1. A decisão de pronúncia encerra simples juízo de admissibilidade da acusação, exigindo o ordenamento jurídico somente o exame da ocorrência do crime e de indícios de sua autoria, não se demandando aqueles requisitos de certeza necessários à prolação de um édito condenatório, sendo que as dúvidas, nessa fase processual, resolvem-se contra o réu e a favor da sociedade, conforme o mandamento contido no art. 413 do Código Processual Penal.

2. Em respeito ao princípio do juiz natural, somente é cabível a exclusão das qualificadoras na decisão de pronúncia quando manifestamente descabidas, porquanto a decisão acerca da sua

Superior Tribunal de Justiça

caracterização ou não deve ficar a cargo do Conselho de Sentença, conforme já decidido por esta Corte.

3. Somente será possível a exclusão de qualificadora quando esta for manifestamente improcedente, sob pena de usurpação da competência do Tribunal do Júri.

4. In casu, o Tribunal de origem concluiu, contrariamente ao que registrado na decisão de pronúncia, que não havia indícios para a configuração das qualificadoras atinentes ao uso de recurso que dificultou a defesa da vítima e ao motivo torpe.

5. Relato acusatório que dá conta de que os acusados, visando assegurar a exclusividade do patrocínio do tráfico de drogas, efetuaram disparos em direção à residência onde estavam as vítimas, com menção expressa a elementos de prova indicativas de que os réus teriam, em tese, cometido os delitos de homicídio tentado, mediante recurso que dificultou a defesa da vítima e por motivo torpe, não se revelando despropositada a submissão, ao Conselho de Sentença, da imputação da suposta prática do tipo descrito no art. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal. 6. Na fase de pronúncia, eventuais dúvidas estão sujeitas ao princípio in dubio pro societate, e devem ser dirimidas em momento próprio, pelo Conselho de Sentença, por ocasião do julgamento em plenário.

7. Recurso provido. (REsp 1745982/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 26/09/2018)

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA RECONSIDERADA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. MOTIVO FÚTIL. EMPREGO DE MEIO CRUEL E MEDIANTE DISSIMULAÇÃO OU OUTRO RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA. PLEITO DE EXCLUSÃO DE QUALIFICADORAS. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. PRECEDENTES. SÚMULA N. 568/STJ. INCIDÊNCIA MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

Esta Corte Superior de Justiça possui entendimento consolidado no sentido de que, "somente será possível a exclusão de qualificadora quando esta for manifestamente improcedente, sob pena de usurpação da competência do Tribunal do Júri" (AgRg no AREsp n. 811.547/DF, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 15/3/2017).

Superior Tribunal de Justiça

Agravo regimental desprovido. (AgRg no AgRg no AREsp 1165409/MS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 20/06/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRIBUNAL DO JÚRI. PRONÚNCIA. EXCLUSÃO DE QUALIFICADORA. EMISSÃO DE JUÍZO DE VALOR PELO TRIBUNAL A QUO. COMPETÊNCIA. CONSELHO DE SENTENÇA. DISCUSSÃO ANTERIOR NÃO AFASTA O MOTIVO FÚTIL. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior é pacífica quanto ao entendimento de que não é possível afastar uma qualificadora por mera opção hermenêutica, de modo que o julgador somente pode retirar da pronúncia a qualificadora que objetivamente não exista, mas não a que subjetivamente considera não existir. Em outros termos, não se pode subtrair da apreciação do Conselho de Sentença - juízo natural da causa - uma circunstância que, em análise objetiva, ao menos em tese e ante as evidências dos autos, tenha ocorrido.

2. Na situação posta sob exame, por simples leitura do excerto do acórdão recorrido, é possível constatar que, para afastar a incidência da qualificadora, a Corte estadual invadiu a competência constitucional do Tribunal do Júri, pois emitiu juízo de valor a respeito da ausência de banalidade no motivo do delito.

3. Ademais, o Superior Tribunal de Justiça tem assentado que a existência de discussão anterior ao cometimento do delito, entre vítima e acusado, por si só, não é suficiente para, de imediato, retirar da competência Tribunal Popular a decisão acerca do conhecimento do motivo fútil ao caso concreto.

4. Agravo regimental não provido. (AgInt no REsp 1737292/GO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 25/09/2018)

Diante do exposto, com fulcro no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 255, §4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao recurso especial, a fim de restabelecer a qualificadora prevista no art. 121, §2º, II, do Código Penal.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

